



Brasília, 7 de setembro de 2015

Reunião com Ministério da Educação (MEC) e com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) realizada dia 04/09/2015

e

Contraproposta da FASUBRA ao Governo

Na reunião, foi verbalizada a posição do Governo em relação à pauta específica da FASUBRA, e alguns aspectos da pauta geral. A representação da Federação questionou se esta posição apresentada estava no formato a ser encaminhado para a avaliação da categoria, e a representação do Governo informou que sim, e que a versão oficial e impressa seria encaminhada na próxima terça-feira (08/09/2015), às 12 horas.

Quanto aos itens da pauta setorial, o MEC informou o que segue:

- 1) **Aprimoramento da carreira (estrutura, reingresso no cargo pós concurso na mesma carreira, racionalização, concurso, piso, step)** - O governo concorda com a posição da FASUBRA acerca da antecipação do final do cronograma para início de maio de 2016. A agenda proposta pelo governo tinha seu final previsto para julho de 2016.
- 2) **Artigo 30 da 12772/12** – O projeto de lei já teve parecer favorável da CONJUR e encontra-se em análise no MPOG.
- 3) **Ascensão funcional** – O MEC informou que esse tema não é pauta no MEC, pois trata-se de reivindicação geral dos Servidores Públicos Federais, e deve ser tratado em outra esfera pois a PEC encontra-se em tramitação no Congresso Nacional.
- 4) **Racionalização dos cargos/ alteração do artigo 18** – O Governo remete essa reivindicação para a agenda que debaterá o aprimoramento da carreira. Reivindicamos que ainda durante a GREVE, o Governo apresente uma resposta sobre a proposta de alteração do Artigo 18 apresentada pela FASUBRA.
- 5) **Dimensionamento de pessoal** – O Governo aguarda posicionamento da FASUBRA em relação a proposta enviada pelo Ofício 77/2015. A FASUBRA tem acordo inicial com a proposta de Portaria apresentada pelo Governo no

Ofício 77/2015, mas entende que é importante constar um artigo que permita a necessária revisão periódica da proposta (aprimoramento do teor da portaria, atualização constante das variáveis que compõe a fórmula de dimensionamento de pessoal e modelo de alocação de vagas de acordo com as necessidades futuras de cada instituição) e que estabeleça competência à Comissão Nacional de Supervisão da Carreira do PCCTAE (CNSC) elaborar propostas de atualização da referida portaria. Essa posição já foi informada e caso o governo concorde a FASUBRA não se opõe a publicação da Portaria.

6) **Democratização das IFES** – O Governo agendou reunião para o próximo dia 15/9/2015, com presença de Andifes, para que nessa reunião se formate a metodologia de debate sobre esse tema. A FASUBRA ainda sugeriu que seja retomado as conclusões dos trabalhos desenvolvidos pelo GT construído após a Greve de 2012.

7) **Reposicionamento dos aposentados** – O Governo não acata essa reivindicação da FASUBRA.

8) **Reconhecimento das certificações dos aposentados** - O Governo não acata essa reivindicação da FASUBRA.

9) **Reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado fora do país** – Reivindicação acatada, no modelo da CAPES utilizado para os docentes.

10) **Aproveitamento de disciplinas isoladas de graduação, especialização, mestrado e doutorado para incentivo a capacitação** – Posição acatada pelo MEC. O projeto de lei teve parecer favorável da CONJUR e encontra-se em análise no MPOG.

11) **Turnos Contínuos** – O Governo recuou da posição de construção de portaria para encaminhamento do acordo que estava sendo construído com a FASUBRA. No entanto afirma que o conteúdo dos ofícios enviados pelo MEC que abordou o tema estão mantidos. Defendem o decreto e o último ofício encaminhado como posições públicas. A FASUBRA reivindica que seja incluído as tratativas sobre tema no Termo de Acordo.

12) **Orientações Normativas 15 e 16** – A representação do Governo informou que o processo encontra-se em análise no MPOG, pois esse item é pauta geral e não pode ser resolvido na mesa setorial. O representante do MPOG ainda informa que além das sugestões apresentadas pela FASUBRA e encaminhadas pelo MEC, existem outras peculiaridades relacionadas a outros Ministérios e que esse tema será resolvido na mesa geral.

13) **Orientação Normativa 6** – A representação do Governo informou que o processo encontra-se em análise no MPOG. pois esse item é pauta geral e não pode ser resolvido na mesa setorial. O representante do MPOG ainda informa

que além das sugestões apresentadas pela FASUBRA e encaminhadas pelo MEC, existem outras peculiaridades relacionadas a outros Ministérios e que esse tema será resolvido na mesa geral.

14) **Revogação EBSERH** - O Governo não acata essa reivindicação da FASUBRA e que o mesmo não cabe na mesa setorial.

15) **Não perseguição de dirigentes sindicais** – O MEC encaminhará recomendação aos gestores, para que não tenha nenhuma perseguição aos dirigentes sindicais e solicita que a FASUBRA indique os casos onde estiverem acontecendo.

16) **Corte de ponto** – A representação do Governo afirma que até o momento não foi efetivado nenhum corte de ponto e que a posição do governo que vem sendo orientada para os reitores é que não se proceda assim.

17) **Assédio Moral** - A representação do Governo reafirmou a proposta já apresentada nos Ofícios anteriores, referentes a realização de seminário nacional para debater o tema e encaminhar desse seminário uma política de combate ao assédio moral e todas formas de discriminação nas Instituições Federais de Ensino.

18) **Liberação de dirigentes sindicais** – Esse item da pauta setorial, segundo o MEC e MPOG não deve ser tratada no âmbito do MEC, pois é tema de interesse do conjunto dos servidores federais e está no debate geral da Convenção 151. Informou que o encaminhamento será tratado para o conjunto dos SPFs. Não houve avanço nesse ponto de pauta.

19) **Creches** – Reivindicação não acatada. O Governo considera que é satisfatória a proposta de correção do auxílio pré-escolar apresentada na mesa geral dos servidores públicos federais e que a política de Creches é política restrita as ações dos municípios e/ou dos estados.

20) **Reabertura do prazo para adesão ao PCCTAE** – Posição acatada pelo MEC. O projeto de lei teve parecer favorável da CONJUR e encontra-se em análise no MPOG.

21) **Atualização dos cargos** - Posição acatada pelo MEC. O projeto de lei teve parecer favorável da CONJUR e encontra-se em análise no MPOG.

22) **Reposicionamento na carreira quando do reingresso na carreira** - O Governo remete essa reivindicação para a agenda que debaterá o aprimoramento da carreira.

23) **Afastamento para o Plano Nacional de capacitação** – A proposta elaborado pelo MEC se encontra em análise jurídica no MPOG.

24) **Plano Nacional de Capacitação dos Técnico-Administrativos em Educação** – Serão 2000 vagas para graduação e 2000 vagas para especialização. As vagas para o mestrado serão debatidas em 2016. Os editais de adesão para as IFES serão publicados ainda esse ano, e início no primeiro semestre de 2016.

25) **Não retirada de ganhos judiciais** – Essa pauta será deliberada pelo ao MPOG, não cabendo ao MEC a decisão.

26) **Recomposição orçamentária das instituições** – O MEC informou que também defende que não exista corte de orçamento na educação, mas que a decisão não cabe ao MEC.

27) **Representação sindical dos trabalhadores da Ebserh** – O MEC encaminhou consulta para a Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (SRT/MTE) questionando qual a abrangência da FASUBRA e da CONDSEF no que se refere a representação das trabalhadoras e trabalhadores da EBSEH. O MEC aguarda resposta do aguarda resposta do SRT/MTE em relação à consulta encaminhada.

Nessa reunião, a FASUBRA questionou o atraso na resposta encaminhada para a Federação, principalmente considerando que a justificativa apresentada pelo MPOG durante a reunião realizada no dia 31/08/2015 em conjunto com as entidades do serviço público federal, envolvia a portaria dos turnos contínuos, da qual o governo recuou; a continuidade da proposta de 4 anos, quando duas categorias já receberam proposição de 2 anos; a necessidade de explicitarem que as proposições que haviam sido encaminhadas anteriormente, de índice e step, também incidirem sobre os vencimentos de aposentados e pensionistas; a inexistência de proposição financeira para a pauta específica em 2016, e que o prazo de 11 de setembro estava estourado pelo atraso gerado pelo governo, pois a categoria não se limitaria a um simples sim ou não à proposta apresentada.

A FASUBRA afirmou que a partir do recebimento da proposta mesmo que não seja ainda por escrito, será analisada no CNG e submetido as Assembleias de Greves em cada IFE. A expectativa que a partir de agora, com a apresentação oficial da proposta, seja garantido o espaço necessário para que a FASUBRA apresente sua contraproposta, como assim o fizeram as entidades que tiveram acesso a proposta do governo. São etapas necessárias para o estabelecimento de um processo de negociação. Ainda questionou a existência de pendências em uma série de encaminhamentos, pelo fato do Governo não apresentar definição de prazos para a conclusão dos mesmos.

O Governo responde que: compreende a necessidade da agenda negocial ultrapassar o dia 11, dados os atrasos; e que a proposta para um acordo final pode reduzir a extensão do período para 2 anos (totalizando 10,8%, correspondendo aos 5,5% 2016 e 5,0% 2017). Afirmou ainda que o step (0,1%) só pode ser

corrigido em 2017, pois a previsão de 1 bilhão no orçamento seria uma “reserva técnica/administrativa” do governo, mas que a correção do step estaria incluída na legislação desde agora; e que essa peça geraria tabelas que incluem os aposentados e pensionistas nas correções de step e índice, portanto alcançando a toda a categoria. Afirma ainda que informará a FASUBRA quanto aos prazos para conclusão no MPOG das peças legais, como Portarias e PL’s que deem concretude aos encaminhamentos de diversos itens da pauta relatados acima.

Ao final da reunião de sexta, ficou estabelecido que o governo encaminhará a resposta da pauta específica, incluindo as de impacto orçamentário, por escrito até terça-feira (08/09/2015) às 12 horas, e que nova reunião entre FASUBRA e Governo ocorrerá na próxima quinta-feira (10/09/2015), às 15 horas, no MPOG.

APÓS DERROTAR O REAJUSTE PLURIANUAL DE 4 ANOS, A GREVE CONTINUA PARA DEFENDER A CONTRAPROPOSTA DO MOVIMENTO!

A greve da FASUBRA ultrapassou nesse final de semana os 100 dias, demonstrando que ainda tem fôlego e que está no caminho certo. Foram construídas ações importantes tanto nas bases como nacionalmente com as caravanas em Brasília, que serviram para dar visibilidade a nossa greve incomodando e aumentando a pressão sobre o governo. Os trabalhadores técnico-administrativos que compõe CNG/FASUBRA e os comandos locais de greve de cada instituição estão de parabéns!

A participação da FASUBRA no Fórum dos SPFs orientando manifestações conjuntas nas bases, construindo as Marchas nacionais em Brasília com acampamento, e com atos simultâneos nos estados (dias 7/7/2015 e 8/7/2015 e 5/8/2015 e 6/8/2015, e 27/08/2015), culminando na publicação de um documento unificado de todas entidades do funcionalismo dizendo NÃO a proposta de reajuste plurianual foram decisivos para derrotar o plano original do governo Dilma de reajuste parcelado em 4 anos, o que significa uma derrota importante na aplicação do ajuste fiscal contra o funcionalismo publico federal.

Na reunião do dia 04/09 (sexta feira), realizada entre FASUBRA e MEC/MPOG, foi apresentada verbalmente, pelo governo a proposta de reajuste parcelado em 2 anos (10,8% em duas vezes), elevando o step para 3,9% em 2017 (Majoração de 0,1% a partir de Janeiro), e os reajustes nos benefícios conforme apresentados no ofício SEI nº 7771/2015–MP, enviado à FASUBRA no dia 03/09/2015.

Ver proposta na integra aqui:

http://www.fasubra.org.br/documentos/Greve/2015/proposta_do_mpog.pdf

Embora o governo tenha sofrido esse importante revés na sua proposta original para o funcionalismo, no que diz respeito ao prazo do reajuste em 4 anos, o

CNG/FASUBRA avaliou que o próximo passo é melhorar a nova proposta apresentada pelo governo que ainda é insuficiente. Identificamos ainda, que o recuo do governo, com relação ao tempo de aplicação dos índices possibilitará novo debate em 2017 em outra conjuntura econômica e política, de novo reajuste salarial e de benefícios, bem como a disputa orçamentária para recursos para o aprimoramento da carreira. Cabe ainda destacar que para a FASUBRA é princípio inegociável o tratamento isonômico entre aposentados e ativos, por isso todos os reajustes que advirem da conquista da Greve será estendido igualmente para ativos e aposentados.

O CNG/FASUBRA encaminhou, como posição preliminar, considerando que a resposta da pauta específica ainda não foi feita de maneira documental, proposta para análise e debate nas assembleias de greve em todo país, os seguintes eixos para a construção da contraproposta da FASUBRA ao governo:

Pauta geral

Garantia de elaboração de Lei que trata da negociação coletiva e instituição de data base no prazo de 180 dias.

Pauta Econômica:

Índice para não ampliar as perdas: 9,5% em 2016 + 5,5% em 2017. (Com cláusula de revisão em 2016 caso a previsão do índice instituído pelo governo para garantir a revisão em 2017 ultrapasse 5,5%)

Step: 0,1% em 2016 + 0,1% em 2017.

Não absorção do VBC nos aumentos referentes aos reajustes previstos nesse acordo, e alteração no parágrafo 3º do Artigo 15 da Lei 11091/2005.

Pauta Específica:

- Que o governo apresente prazos pontuais para cada item que o MEC manifestou acordo, mas que no momento está em trâmite e em avaliação nos setores internos do MPOG, e que necessitem da aprovação do congresso nacional.

- Alteração do Artigo 18 que trata dos critérios da racionalização dos cargos seja incluída na proposta de PL a ser encaminhado ao Congresso Nacional, fruto da

atual negociação, possibilitando à Comissão Nacional de Supervisão da Carreira do PCCTAE (CNSC) avançar no processo de racionalização dos cargos. Redação já apresentada pela Fasubra ao governo na proposta de alteração da Lei 11.091/2005.

- Reivindicaremos também que se registre no acordo de greve que a implementação dos turnos contínuos nas IFEs não afetará no dimensionamento de pessoal, bem como que seja respeitado as jornadas de trabalho das profissões regulamentadas em Lei, garantindo a redução da jornada de trabalho semanal para as profissões que tenham essa garantia prevista por lei.

- Redução de 90 dias para 60 dias, o prazo para que o Governo lance os editais de adesão das Instituições Federais de Ensino ao Plano Nacional de Capacitação, para viabilizar a implantação desse plano logo no início do primeiro semestre de 2016.

- Retomada da construção de instrumentos de democratização das Universidades, partindo do acumulado em debates anteriores

Essa contraproposta apresentada pelo CNG/FASUBRA tem a lógica de recuperar as perdas inflacionárias de 2015 e 2016, cobrando do governo a coerência de sua fala no início do processo negocial, garantindo o poder aquisitivo dos salários. E ainda reivindicar pontos fundamentais da nossa pauta específica.

Assim, as assembleias precisam aprofundar essa discussão e autorizar o CNG/FASUBRA apresentar essa contraproposta na reunião com o governo que está marcado para o dia 10/09.

O CNG/FASUBRA orienta também que todos os comandos locais possam organizar manifestações que continuem dando bastante visibilidade a greve nos dias 09/09/2015 e 10/09/2015. Esses atos tem o objetivo de pressionar o governo e defender a nossa contraproposta nas ruas! Por isso, todos os comandos locais precisam desde já organizar essas ações com bastante vigor e disposição de luta, pois não é hora de recuar, pois a greve continua pra proposta melhorar!

Comando Nacional de GREVE da FASUBRA

CALENDÁRIO

Terça-Feira 08/09/2015	Reunião do Comando Nacional de GREVE no período da manhã, e atuação no Congresso Nacional no período da tarde
Terça-Feira e Quarta-Feira 08/09/2015 e 09/09/2015	Rodada de Assembleias de Greve em todo o país para avaliação das negociações e da orientação do Comando

	Nacional de GREVE
Quarta-Feira 09/09/2015	Participação do CNG/FASUBRA na reunião ampliada do Fórum dos Servidores Públicos Federais, que ocorrerá às 9 horas no Hotel Imperial (Brasília-DF)
Quarta-Feira e Quinta-Feira 09/09/2015 e 10/09/2015	Atos nas Universidades
Quinta-Feira 10/09/2015	Reunião com o MPOG
Sexta-Feira 11/09/2015	Reunião do CNG/FASUBRA